

Madeira e corrupção em Xapecó

Durante 10 anos, um cacique corrupto, mancomunado com funcionários da Funai, vendeu ilegalmente madeira da Área Indígena Xapecó, em Santa Catarina. O negócio rendeu, por baixo, US\$ 2,5 milhões, mas não trouxe nenhum benefício para a comunidade indígena. O cacique criminoso já foi cassado e hoje os Kaingang se empenham em cumprir um plano econômico que os livrará do controle da Funai. Entretanto, eles estão sendo acusados de depredar o meio ambiente, numa história em que entram como bodes expiatórios. A repórter Cristina Ávila esteve na AI Xapecó e esclareceu o assunto para os leitores do PORANTIM.

Fotos: Cristina Ávila



Dona Riva Nive: "Era tudo cheio de pinheiro. Eu e Vicente não deixamos cortar esses. Com o pinheiro se fazia farinha para comer com carne"

Os Kaingang da Área Indígena Xapecó, onde habitam quatro mil pessoas, no município de Xanxerê (SC), estão sendo acusados de depredadores do meio ambiente por ecologistas, pelo poder público e a imprensa da região. No ano passado, a Sociedade Ecológica e Meio Ambiente de Xaxim denunciou-os à Procuradoria da República em Santa Catarina e ao então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) pela derrubada de florestas de pinheiros araucária e diversas madeiras nobres. O fato aconteceu num momento de grande tensão política quando, após três meses de reuniões secretas, os índios conseguiram desbaratar um grupo formado pelo ex-cacique José Domingos Paliano e funcionários da Fundação Nacional do Índio, que estava justamente mergulhado no comércio ilegal de madeira (ver quadro ao lado). Estima-se que, nos últimos dez anos, pelo menos 2,5 milhões de dólares foram sangrados do território indígena. Mas quem lucrou não foram os Kaingang, hoje na miséria e preocupados com dívidas bancárias.

na de madeireiros por contravenção florestal.

BODE EXPIATÓRIO

O fato é que a comunidade Kaingang foi transformada em bode expiatório. Os índios estão sendo acusados de devastação quando a própria Funai permitia e participava da exploração da madeira até julho do ano passado. Segundo cálculos feitos pelo Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário, nos últimos dez anos, mais de 2,5 milhões de dólares foram obtidos através da venda de pinheiros, por uma serraria montada na área em 1957 pela Funai. Esse dinheiro, convertido no câmbio oficial, seria equivalente a quase cinco vezes o prêmio da Sena. Isto não é tudo, pois esse montante representa somente o que foi comercializado através de notas fiscais.

Ainda segundo o Cimi/Sul, mancomunados, o ex-cacique José Domingos Paliano e o ex-chefe do posto

Jair Elói de Moraes também negociavam madeira de lei com madeireiros da região. Há suspeitas de que o administrador regional da Funai (ADR Xapecó), Sebastião Fernandes, também tenha participado destas negociações. Entretanto, o dinheiro nunca trouxe benefícios para os Kaingang.

A procuradora da República no Estado de Santa Catarina, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, que está encarregada pela denúncia que formaliza a propositura da ação cível contra os índios e os madeireiros, informa que o exame da questão se restringe aos desmatamentos cometidos no ano passado, portanto, na gestão do atual cacique. Ela Castilhos mostra-se, contudo, sensível à situação dos Kaingang: "Eles (os índios) dizem que desmataram para se manter, porque não tinham outra saída. Então dei-lhes uma chance. Pedi que organizem suas provas documentais, e vou examinar a possibilidade de

não incluí-los na denúncia", adianta. A procuradora diz, ainda, que nenhum dos funcionários da Funai foi incluído na denúncia, mas que o ex-chefe do Posto, Jair Elói Moraes, poderá sê-lo, pela prática de prevaricação e corrupção passiva.

PLANO ECONÔMICO

O cacique Valdo Corrêa diz que os índios esperam que a Procuradoria autorize a utilização da madeira apreendida que está jogada no mato na área indígena. "O aproveitamento poderia ser planejado em acordo com o Ibama", sugere. Os índios querem, ainda, que o território seja reflorestado. "A Funai nos deve esse reflorestamento desde que começou a tirar o mato", argumenta o cacique.

Segundo o depoimento do chefe do Posto, Orides Belino, entre os meses de setembro do ano passado e fevereiro de 1989, a comunidade não recebeu recursos da Funai. Para

manter o Posto e dar condições para a comunidade fazer o plantio da lavoura, em outubro os índios venderam madeira, grande parte dela ainda derrubada na gestão de Paliano. O plano, segundo o cacique, era explorar a floresta na entressafra da lavoura, até meados de março. Porém, em dezembro, a Polícia Federal interveio.

De acordo com Orides, após Valdo assumir a cacicanga, 860 sacas (de 60 quilos cada) de milho foram plantadas em todo o território indígena. "Estimamos que a colheita de 1989 foi de 40 a 46 mil sacas". Acrescentou que estão também instalando uma olaria. "Já foram gastos NCz\$ 45 mil, que obtivemos com a venda de um trator (NCz\$ 50 mil). Compramos tijolo especial para fazer o forno e contratamos um técnico. Para sair do sufoco, temos que montar uma coisa nossa. Daqui a um ano esperamos uma produção mensal de 400 mil tijolos. Com mato nós nunca mais vamos mexer! Nossa intenção é que a olaria sustente a agricultura, porque a área é muito grande, são quatro mil índios. A despesa é muito grande", justificou o chefe do Posto. Como se vê, os Kaingang finalmente têm um plano econômico que, se tudo correr bem, os deixará independentes da Funai.

Para o Cimi/Sul, o ex-cacique José Domingos Paliano foi um grande corrupto, mas não agiu sozinho. "A Justiça tem que localizar os outros membros da quadrilha que dilapidou o patrimônio indígena durante dez anos". O cacique usou e abusou de cobertura muito forte", assegura o coordenador do regional, Alberto Capucci. Ele acrescentou que uma semana após a queda de Paliano, "o preço da madeira dobrou no comércio da região do alto rio Uruguai, devido a uma sensível queda na oferta".

OUTROS MEIOS

A política econômica da Funai em relação à Área Indígena Xapecó, que apenas continuou uma antiga prática do antigo SPI, foi desmatar e oferecer em troca maquinário agríco-

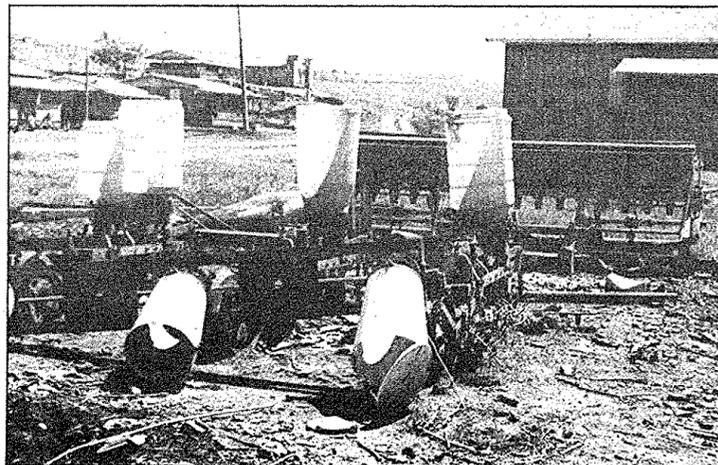
la, agora abandonado, sem, no entanto, colocar a disposição dos índios a manutenção e o combustível dos veículos. Algum dinheiro foi gasto em função da comunidade, mas nada que lhes oferecesse perspectivas de futuro. Os Kaingang, tradicionalmente coletores e caçadores, sem fauna e flora, foram obrigados a buscar outros meios de subsistência.

O regional Cimi/Sul tem vasta documentação que comprova contratos ilícitos de venda de madeira com a aquiescência da Funai. Também estão em seus arquivos recortes de jornais da época em que os índios iam a Brasília reclamar contra a destruição de seus pinheiros, carregados dos frutos que eles usavam como base de seu cardápio.

"Durante 14 anos trabalhei contra a devastação", afirma Vicente Focaê, 69 anos, presidente do Conselho Indígena da Área Indígena Xapecó. Tomando chimarrão, na beira de um fogão à lenha, ele conta ao PORANTIM: "O desmatamento começou com o Nereu Costa, chefe do Posto do SPI, que ficou no cargo durante 13 anos, entre 1949 e 1962. No tempo de Zé Domingos derrubaram mais dez anos de mato". Em 1984, Focaê e outros índios foram a Brasília e levaram a denúncia sobre os desmates à presidência da Funai e ao deputado Mário Juruna, que protestou no Congresso Nacional. Mas os protestos passaram em branco.

Dona Riva Nive, mulher de Focaê, completa: "Era tudo cheio de pinheiro. Eu e Vicente não deixamos cortar esses (aponta para o fundo de sua casa). Com o pinheiro se fazia farinha para comer com carne. A gente também pode comer cozido na água. Meu pai deixava a pinha secar, guardava e cozinhava de novo quando ia comer. Até hoje se usa o pinheiro pra fazer o cocho do Kiki (bebida de água e mel usada no ritual do mesmo nome, atualmente desconhecido pela maioria dos Kaingang, mas que é realizado quase todos os anos na AI Xapecó)".

Cristina Ávila



Em troca de desmatamento, a Funai ofereceu máquinas agrícolas, sem manutenção e combustível.



A estrada já matou pelo menos oito pessoas

A estrada, a usina e o banco, as outras ameaças

Nem as mulheres dos líderes sabiam o que eles faziam todas as noites, durante três meses, escondidos no mato. "Nos diziam que era moagem (de trigo)" — contam elas. Mas o plano culminou na madrugada do dia 14 de julho do ano passado, quando os Kaingang deram fim à cacicanga de José Domingos Paliano, que há dez anos era assegurada pela "polícia indígena" do próprio Paliano, por forças políticas da região e pela Funai. Paliano estava profundamente envolvido no tráfico de madeira. Era um abastado, na concepção da comunidade. Durante sua expulsão, os índios que o apoiavam foram obrigados a soltar fogos de artifício, como castigo imposto pela comunidade.

Mas os Kaingang de Xapecó, que fazem parte de uma das maiores nações indígenas do Brasil, com 20 mil pessoas espalhadas entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, não enfrentam apenas as denúncias pela depredação do meio ambiente — de que eles não tiraram nenhum proveito. Suas terras são atravessadas por uma estrada estadual (que liga os distritos de Bom Jesus e Ipuacu) e estão ameaçadas pela construção de uma hidrelétrica de pequeno porte. Além disto, volta e meia são visitados por agentes do Banco do Brasil, que lhes cobram uma dívida de cerca de NCz\$ 45 mil — outra herança do cacique Paliano.

ATROPELAMENTOS

Passados oito anos da construção da rodovia, a indenização ainda não foi paga, mas ao rasgar a aldeia Pinhalzinho, ela trouxe pelo menos oito mortes. As mulheres contam nos dedos os adultos e crianças vitimados por acidentes no asfalto, tentando não esquecer ninguém. Mas não se lembram de quantos sobreviveram a atropelamentos.

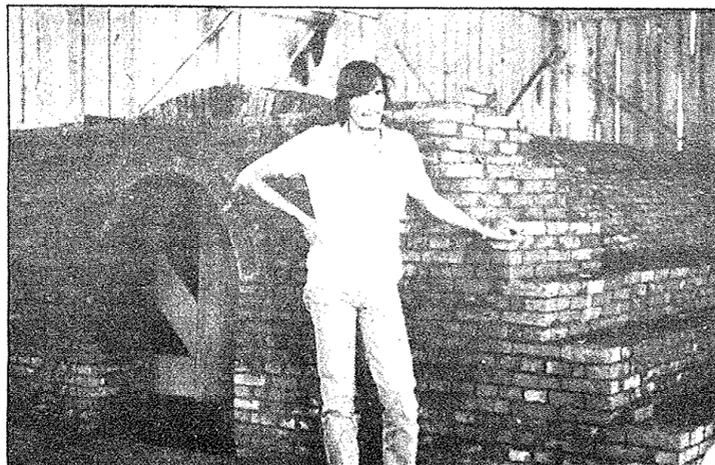
A usina hidrelétrica, no rio Chapecozinho, também faz parte

das preocupações dos Kaingang, mas eles ainda não sabem dizer se a querem. Apenas Vicente Focaê (um dos quatro líderes da comunidade que iniciaram os planos para a destituição de Paliano) tem uma opinião firme sobre o assunto. Ele é contra a construção. Diz que tem informações suficientes, de outras usinas em terras indígenas no País, para pensar assim.

Segundo o antropólogo Silvio Coelho dos Santos, que possui inúmeros trabalhos escritos sobre os Kaingang e os acompanha há muitos anos, essa hidrelétrica foi iniciada nos anos 60 e interrompida por mudanças na política nacional de construção de barragens. Cerca de 50% da obra já está pronta e as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) pretendem retomar essa infra-estrutura com participação do capital privado.

INTIMIDAÇÃO

Quanto às dívidas bancárias, apesar de sofrerem pressões, os índios podem ficar tranquilos. Assumidas pelo ex-cacique com o aval da Funai, os índios na realidade não devem nada. O próprio gerente geral do Banco do Brasil em Xanxerê, Euclides Cristofolini, confessou ao PORANTIM que "é impossível para o banco cobrar a dívida dos índios". Ele afirma que já tentou negociar com a Funai, mas caiu num jogo-de-empurrar. Segundo Cristofolini, o BB não pretende acioná-la para o pagamento. Ele alega que isto é impossível, pois ambos, o Banco e a Funai, são instituições do Governo Federal. A expectativa do gerente é que o Ibama libere a madeira que está apodrecendo na área indígena, pois crê que os índios estariam dispostos a saldar a dívida. A instituição bancária discretamente intimidada os Kaingang, que chegam a pensar que poderão ser presos por causa da dívida, acusados pelas visitas de seus agentes à área.



Valdo Corrêa, o novo cacique: "Daqui a um ano esperamos uma produção de 400 mil tijolos"



Vicente Focaê: 14 anos de luta contra a devastação